
EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS: O PROBLEMA DA IDENTIDADE E DO MÉTODO – PARTE I: A GEOGRAFIA DA TOTALIDADE

IN FUNDAMENTALS` SEARCH: THE PROBLEM OF IDENTITY AND METHOD – PART I: TOTALITY`S GEOGRAPHY

Ruy Moreira¹

Para Álvaro José de Souza e João Alves de Castro

RESUMO: Toda ciência segue o sistema de signos do seu tempo. Quando o tempo muda, mudam também o signo e suas referências. Qual tem sido o procedimento da Geografia nos momentos de mudança de paradigma? E como procede hoje?

Palavras-chave: Totalidade. Fundamento. Identidade.

ABSTRACT: All science follows the sign of time. When the time changes the sign and its references change too. What pressures are placed on science at time like these? What has been behavior of Geography in paradigm shifts? And how has it benn today?

Keywords: Totality. Fundamental. Identity.

Cada contexto de tempo põe suas formas e problemas de fundamentos e ideias. E cada mudança de época repõe tais exigências, reafirmando com a atualização ou o perecimento cada campo de conhecimento. Assim, entra-se num período temporal de parâmetros registradores do novo, até que outro tempo novo os revogue. É o que vemos no atual momento.

Há, entretanto, uma essência identitária que sobrepõe-se ao comando desse movimento. Cuja (in)observância pode trancar a renovação ou por fim ao campo.

Essa problemática de época-resposta é o tema deste texto. Que dividimos em três partes: a primeira, A geografia da totalidade, aqui publicada; a segunda, As Geografias da vida privada, que se segue; e a terceira, A aventura da dialética da Geografia, que será divulgada mais à frente.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF e da FFP-UERJ. E-mail: ruymoreira@uol.com.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2020 e aceito para publicação em abril de 2020.

PARTE I - A GEOGRAFIA DA TOTALIDADE

Resumindo o essencial da teoria geográfica de Vidal La Blache, Clozier traz-nos à lembrança a forma e a fórmula identitária com que a Geografia foi conhecida por longo tempo (CLOZIER, 1950). Um resumo que se enriquece quando a ele somamos outros tantos que tiveram a mesma intenção de natureza e escopo da ciência geográfica, como os estudos já clássicos de Hartshorne (1978), George (1978, 1973) e Dollfus (1973, 1975).

O problema da identidade

Faz tempo, diz Clozier, a Geografia deixou de ser uma forma de conhecimentos úteis, uma enumeração e um agregado de nomes mais ou menos ordenados da paisagem. A que é preciso acrescentar-se seguir sendo este conjunto de práticas de importância fundamental por conta da natureza do método, um método descritivo e explicativo como meio de extração de referências. Há, pode ver-se, uma mudança da estrutura discursiva, mas mantido diligentemente os fundamentos.

O curso histórico da leitura e do método geográficos, observa ainda, reflete (1) o progresso da cartografia, seu valor descritivo e de visibilidade dos fatos da paisagem, e (2) o progresso das descobertas, seu efeito comparativo e seu valor cognitivo. O salto vem com a sistematização do conhecimento da superfície terrestre, “tão lento e progressivo quanto as laboriosas etapas do progresso da cartografia e do descobrimento da terra”, daí advindo, por meio de Humboldt e Ritter no ato da criação da geografia moderna. A leitura da paisagem é o elemento-meio desse salto.

A maturação da técnica da cartografia e o esgotamento das terras a descobrir levam a um novo salto, dessa vez dos criadores aos clássicos, representando um segundo momento, salto que pede uma etapa conseqüentemente também nova da teoria e do método, no passo do qual a leitura pura e simples da paisagem dá lugar à leitura teórica da complexidade do arranjo do espaço, de novo num combinado de renovamento discursivo e manutenção da identidade. É a geração de Paul Vidal de La Blache. (MOREIRA, 2006).

Cedo, no entanto, sobrevém a dúvida de se o método comparativo que esta geração herda daquela, seu recurso de análise e modo de uso, vale seja para a grande (pequena escala) seja para a pequena (grande escala) extensão de espaço, levantando o problema da correspondência da grandeza e da escala para todas as áreas, na medida que o método implica na comparação. Cabe o método da comparação no caso da grande escala (área de extensão restrita) se o propósito do método é inferir a generalização e a detecção da(s) lei(s) regente(s) da organização do espaço? Um problema de correlação entre diversidade e escala de representação dos fatos do espaço. Com forte efeito sobre a capacidade comparativa desta nos casos de pequenas áreas, onde mais concorre a riqueza empírica que os planos gerais de abstração.

Tem-se que a Geografia é uma ciência voltada para “os enigmas do universo”. Para o universal. A identificação que faz o seu conhecimento deixar de ser uma “obra ao serviço da História” para ser uma forma cognitiva do real tirada de si própria, com a tarefa de atualizar permanentemente o conhecimento racional do ordenamento, movimentos e mutações orgânicas da superfície terrestre. O princípio de identidade e método com que nasce moderna com Humboldt e Ritter. E mantêm os clássicos. A ciência que nasce da progressão cartográfica e da progressão das descobertas da terra, dois elos de fundo epistemológico que se complementam, e com os quais progride, a cartografia rumo a novas formas técnicas, as descobertas a novas formas de visualidade com o esgotamento meramente expansivo.

A evolução da cartografia é o caminho da montagem da representação que supera o recurso até então utilizado do levantamento ou dos descobrimentos de exploração expedita, um de cunho topográfico e topológico, resultando, este, no mapeamento da localização, extensão e compartimentalização do terreno, de escassa exatidão, aquele, de metodologias precisas de cálculo e representação. O surgimento da técnica de precisão das medições do terreno é o ponto de partida da cartografia de tipo novo, criando as cartas e os mapas de tipo moderno, a técnica de precisão abrindo uma sequência de fases de evolução técnica em tempos sucessivos. Em 1815 dá ela à primeira carta topográfica de grande escala, a carta da França de 1:86.500, que logo outros países fazem a sua. Depois e face ela cria-se a técnica do canevas (latitude, longitude e altitude) e seu efeito na técnica das projeções (equiângulos equidistantes e equivalentes com seus aspectos de planimetria e nivelamento), pré-condição do emprego daquela, que fundidas dão origem, nos meados do século XIX, às cartas de escala de 1:80.000 da França, 1:100.000 da Alemanha e 1:63.360 da Grã-Bretanha, mas precisas e de representação diversa. No século XX vem a fotografia aérea, trazendo um poder de apreensão cartográfica das escalas de grandeza que junta o registro cartográfico seja da escala de altitude e extensão do relevo das grandes cadeias de montanhas e seja a escala das curtas extensões de cadastramento dos terrenos, numa sistematização da representação técnica da pequena e da grande escala dos territórios.

É uma evolução da representação cartográfica que se replica na evolução da sistematização teórica. A carta topológica que se ramifica na carta topográfica, esta na carta geológica e esta por fim na carta geomorfológica, lançando-se as bases da multiplicação da representação temática onde diferentes facetas da superfície terrestre ganham formas correspondentes de registro levando à formação taxonômica das famílias morfológicas, efeito e construção do sistema de conceitos da geografia moderna.

A progressão dos descobrimentos é a outra face. Com ponto de partida no chamado Mundo Antigo. Trata-se no então do mundo do registro do mapa T, reunindo as terras da Europa, Ásia e África arrumada ao redor das vias terrestre ocidente-orientado com fundo no mar Mediterrâneo. A teorização não vai além do alcance comparativo das paisagens desse todo diminuto e restrito para o que vai vir. O contorno da África, movido pela necessidade da expansão mercantil, buscando nova rota para as Índias que livre o comércio da pressão otomana e amplie o volume da carga e transporte, é o início. Novas paisagens, novos povos e novos territórios vão aparecendo, que o desafio cartográfico logo enfrenta e a sistematização taxonômica assimila. A transposição do Atlântico dá o fato de fato do novo, trazendo ao mundo conhecido uma fantástica amplificação das formas geográficas de organização e de vida, que também são reunidos nas taxionomias e nos mapas rapidamente. É exatamente o período do salto das técnicas cartográficas rumo às grandes famílias morfológicas da superfície terrestre. Quando a viagem de circunavegação se realiza, esta dá enorme salto, nascendo o planisfério em técnica de projeção e de canevas de cálculos precisos ainda precária, mas que já serve de base para a dilatação do casamento do mapa, dos descobrimentos e da teorização geográfica que vai dar precisamente na fundação científica moderna de Humboldt e Ritter na virada do século XVIII-XIX. Mas também é quando já no horizonte se esgota as novidades que ao Mundo Novo, nome dado às Américas, mas que no real é novo para a ciência geográfica da Europa, só se acrescenta a metáfora do Novíssimo Mundo das terras do contato do Índico e do Pacífico. Não há mais o que sistematizar na cartografia e no conhecimento geográfico na dimensão física, cabendo a fase de fazê-la no campo teórico da própria natureza da organização do espaço da superfície terrestre. É a hora e a vez dos clássicos. Que a cartografia da região natural já antecipa.

Fato é que a dilatação das descobertas e do registro cartográfico amplifica a capacidade da comparação e da analogia racional das paisagens que levam a sistematização e a integralização do pensamento a abarcar o limite descritivo da superfície terrestre e traduzir em arsenal de categorias e conceitos o universo de ideias que funda a forma moderna e depois clássica da geografia. Esgotado o princípio físico da visualidade e da representação no mapa da superfície terrestre, pode-se agora sistematizar-se e integralizar-se os recursos do método de análise. A topografia, as estruturas geológicas, o relevo, os tipos de clima e vegetação, as formas de atividade humana, a cidade, podem agora ser vistas por suas relações mais íntimas e mapear-se as repetições, as situações, as variâncias de aglutinação de elementos locais essenciais e inessenciais que levam à descoberta das regularidades e regências construtoras das interações regulares, universais, que formam os conceitos centrais da Geografia. O desenho topográfico e a relação com a idade e formas de acamamento das rochas, dos climas e traçado das redes e bacias dos rios e formas e repartição dos tipos de vegetação, a reverberação dessas estruturas de solo e modos de vida e atividades humanas, as sínteses combinatórias e as compartimentalizações que regionalizam os recortamentos de espaço, tudo isso está assim contemplado, cartografado, teorizado na série de morfologia das paisagens que a comparação e a analogia trazem ao conhecimento pela racionalização da generalização sistemática cujo exemplo imediato é o conceito do espaço e regiões naturais e humanas que o compartimentalizam e compartilham. Humboldt e Ritter dão um primeiro passo. Os clássicos lhe dão sequência. Fases distintas de uma mesma ciência. Dois novos tempos. Dois novos planos de ideias. Dois modos novos de discurso. Um só fundamento.

São duas fases de correlação cartografia-conhecimento terrestre, interações e sínteses recíprocas que diferenciam a progressão prática e intelectual da Geografia. Fases de um mesmo fundamento, que a geração de Humboldt-Ritter traz do passado e passa para frente. O aspecto que Clozier pede com insistência para vermos.

Em 1841 Dufrenóy e Elia de Beaumont publicam *A explicação da carta geológica da França*, na qual apresentam o conceito taxonômico e explicativo da região natural. Ainda neste ano, diferentes autores traçam a fórmula da relação do dado físico e do dado humano na formação dos modos de vida das diferentes áreas. Em 1817 Ritter dá à luz o seu *Erdkund – ensaio de uma geografia geral comparada* e entre 1845 e 1858 Humboldt o seu *Cosmos – ensaio sobre a física do mundo*, em 5 volumes, obras que inauguram a maturidade da teoria e do método da geografia moderna.

Humboldt cria a visão que fórmula os conceitos vindos da interação do ar, da água e da terra na materialidade sintética da morfologia vegetal onde se integraliza a condição da existência do homem, que denomina geografia das plantas. Ritter a que integraliza esses processos de interação de elementos inorgânicos e orgânicos na totalidade do ordenamento das formas de espaço da vida humana, que denomina geografia comparada. Uma geografia centrada no poder de junção do todo do natural-humano na integralidade da totalidade da síntese das plantas. E uma geografia centrada na síntese da interação da natureza e do homem no todo da organização estruturada do espaço. Veres que integralizam as categorias da localização, da distribuição (interações coordenadas), da extensão (replicação do elemento significativo da composição da paisagem) e da compartimentalização (unidades de integralidade das situações locais) próprias da descrição nos conceitos sistemáticos de paisagem, território e espaço da explicação geográfica. E que culminam numa inscrição da Geografia como uma ciência de forma própria no sistema de ciências à época em formação. Que os clássicos no século seguinte, o século XX, vão refundir e aprofundar (MOREIRA, 2006).

O que não impede o surgimento de inúmeras críticas de autenticidade dos outros campos de ciências. A crítica ciências da natureza, através da Geologia. E das ciências do homem, através da Sociologia. Críticas consistentes em dois acentos: (1) a Geografia é uma ciência de teor descritivo, dependente de ilações alheias, que toma como suas; (2) é uma ciência ausente de valor próprio, incapaz de inferir leis e assim de explicações a ela intrínsecas. Não há leis geográficas, mas das outras ciências. Não há Geografia, quando muito geógrafos. Fomentando um debate interno e externo numa série de desdobramentos em que a Geografia reafirma e se reforça por sua remissão cartográfica (a Geografia é o mapa) e se estiola ou se recria à medida que se esgotam as descobertas de novas áreas da superfície terrestre (a Geografia é o espaço). Este o papel dos clássicos. Mapa e espaço esgrimidos como fundamentos (FEBVRE, 1954; MOREIRA 2006, 2008, 2014).

O método é a identidade

É o método, não as formas do conteúdo, o elemento identitário, vai afirmar Pierre George, filho pródigo da geografia clássica, garante do campo e da especificidade, tempos depois, ainda no clima desse embate (GEORGE, 1978). Reafirmado com insistência por Dollfus, na mesma linha (DOLLFUS, 1973, 1975)

Descritivo-explicativa – ela explica aquilo que descreve -, a Geografia é um combinado de visível e invisível, o visível da paisagem que descreve e o invisível da estrutura interna que ordena e rege por dentro. O que a torna de fato um usuário do conhecimento das outras ciências, fragmentárias e parcelares, do real e uma forma própria de combinar e clarificar tais conhecimentos na ideia sintética do todo que lhes falta. O que a faz se utilizar dos métodos pulverizados daquelas, para firmar a visão unitária do método que lhe é próprio.

É o seu método enquanto síntese dos métodos, pois, a fonte manifesta da identidade. Aquilo que a particulariza e identifica. O seu modo de ver-pensar, não o que vê e explicita. As ciências fragmentam o real. A geografia o une. As ciências o explicitam em seu isolamento recíproco (cada qual em seu âmbito objetual de parcialidade), a Geografia na interação global. As ciências o experimentam no recinto do laboratório, a Geografia no campo direto da superfície planetária (a superfície terrestre é o seu laboratório). As ciências o compartimentam no seu léxico, a Geografia o integraliza no seu de fundo unitário, a paisagem, o território e o espaço. As ciências são o discurso do imediato, a Geografia do imediato na mediatez (o visível visto pelo invisível). Os clássicos reafirmando a linha de do parâmetro de Ritter-Humboldt.

Nessa contrariedade de enfrentamento, vinga, dizem Clozier e George, referendados por Hartshorne e Dollfus, o método sintético de Vidal de La Blache: a Geografia que busca dar conta do que há de regular e permanente na paisagem tirada da Ritter-Humboldt. Consolidando o campo dado pelos criadores que define o que é a Geografia por longo tempo. Modelizado, porém, por ele, de modo próprio: a Geografia dos traços típicos (o repetitivo) e dos traços evocadores (o característico) que identificam e caracterizam o modo geográfico de organização da paisagem. A Geografia do olhar do todo pelo jogo constante das variâncias, embora dentro do permanente, diz Hartshorne, que as comparações e densidades aqui e ali especificam.

Através os traços típicos (os traços que se repetem) e os evocadores (os traços que caracterizam), que pelo olhar perceptivo e teórico a Geografia apreende, mapeia, especifica, as condições locais (as situações sintéticas da extensão) afloram o conhecimento e o sentido de regularidade da repetição significa a paisagem.

O método geográfico combina, pois, descrição e explicação. A descrição dando os elementos. E a explicação explicitando o seu significado. A descrição como o fazer-

ver “as linhas que evocam a vida profunda” impressa no retrato perceptivo da paisagem (Clozier). A explicação como o dizer da significação das regularidades que modelam e especificam o seu modo de arranjo espacial (George).

Descrever em Geografia é, pois, visualizar a localização e a distribuição dos traços típicos e dos traços evocadores que ordenam e identificam a paisagem analisada, buscando ver nos elementos a cor e a vida que exprimem o seu significado. É, por isso, uma prática processual seletiva, não exaustiva e completa, priorizando os traços que se repetem (traços típicos) e expressam a característica (traços evocadores) formativa da paisagem, dispensando os traços que não concorrem para precisar a visualidade essencial, até considerá-los mais à frente para qualificar as situações (quadros sintéticos de lugarização) onde traços essenciais e traços inessenciais, os que se repetem e os que não se repetem, mas são fundamentais ao agregado que forma as situações locais, para abrir as portas ao conceito (arsenal teórico), de vez que toda descrição é uma descrição orientada na explicação, com que dá-se explicitação explicativa. São suas armas a observação (percepção) e a documentação cartográfica (mapas, gráficos e imagens).

A observação é a apreensão perceptiva dos traços que se repetem (os traços típicos) e dos traços que se mantêm constantes (traços evocativos), selecionando as componentes que dimensionam as relações de interação dominantes. A localização é a sua categoria primária. A distribuição a que lhe dá vida. A distribuição das localizações propiciando a prática da comparação e da analogia que explicitam a escala das relações efêmeras e regulares necessárias à explicação. É quando se junta os traços essenciais (típicos) e os traços inessenciais (evocativos) para originar o mapa estrutural do todo e das partes da paisagem através o quadro posicional das situações.

O mapa é o documento por excelência da descrição geográfica, o retrato da paisagem que complementa (enriquece os dados da apreensão perceptiva para além da captação imediata), corrige (dá a precisão que a visão não apreende), compara (põe ao alcance da captação a visualização das semelhanças e das diferenças de composição das áreas), generaliza (separa os planos do singular e do geral nos mapas) e sistematiza (racionaliza o plano abstrato-concreto da totalização dos conceitos), organizando a passagem da descrição à explicação do real apreendido. É de posse da coleção serial de escalas que assim surge (enriquecida do arsenal serial de escalas de tempo-espço disponível pelos trabalhos de representação anteriores) que se passa da descrição – que traça o quadro do escalão presencial dos elementos empíricos do registro, mais amplo e completo na escala grande (a escala das áreas pequenas), mais seletivo e abstrato na escala pequena (a escala das áreas extensas), exprimindo o fato de que a descrição não esgota a apreensão e a análise da totalidade dos fatos da paisagem, é seletiva, orientada na apreensão dos dados por suposto significantes, daí a atenção particularmente aos fatos que se repetem (fatos típicos) e aos caracterizantes (os fatos evocativos), deixando de lado os não significantes, até por não se as *a priori* “que significado pode tomar determinado pormenor”, como diz Clozier, só a direção do pensamento (o conceito) podendo percebê-lo –, para a explicação. É a descrição *in facto*.

A explicação é o ato de teorização conceitual da paisagem. De realização do salto de qualidade das categorias da descrição (a localização, a repartição, a interação, a extensão e a compartimentalização) e das categorias da explicação (paisagem, território e espaço), tomado o mapa como elemento de mediação, pelo pensamento, na forma racional do conhecimento. Salto de qualidade cujo ponto de passagem é o processo de generalização realizado por meio da comparação e da analogia que distingue o singular e o geral em mapas de diferentes escalas, o mapa da escala grande e o mapa da escala pequena, respectivamente, clarificando os planos hierárquicos da determinação geográfica do arranjo da paisagem. A explicação é, pois, o processo de detecção

das formas e modos de ação das interações regulares (as relações de repetição e constância em seu papel estruturante) que formam as leis geográficas de organização espacial das sociedades.

Explicação e descrição formam, pois, um par de relação inextricável, presentes de distintos modos em cada sequência de fases do movimento do conhecimento. Apoiada na observação (a percepção consorciada com o mapa) a descrição orientada na explicação dá início ao movimento de cognição focalizando a atenção nos fatos de constância (repetição) que formam a fisionomia geral e nos fatos de inconstância (irrepetição) que formam a diversidade das situações. Monta-se o quadro do todo e das compartimentalizações que vazam das situações enquanto combinados lugarizados de fatos essenciais (fatos de repetição e evocação) e fatos inessenciais (fatos complementares de estruturas de complexidades) – ressaltando-se que essenciais e inessenciais são o que define a intencionalidade da teorização, o objeto da escolha da pesquisa no múltiplo dos temas da paisagem por quem investiga, lembra Hartshorne no seu conceito de significância – e se repartem em unidades de espaço (os lugares) dentro do quadro geral da paisagem. Traça-se as sub-regionalidades do todo paisagístico visto em si mesmo como uma regionalidade unitária dentro do quadro territorial mais amplo. Foca-se a rede principal (relações gerais de interação) e secundária (relações parciais) das relações determinantes. E explicita-se o sentido e significado do ordenamento da paisagem. É a explicação geográfica *in facto*.

Trata-se de um movimento do pensamento em que a paisagem se oferece ao conhecimento sob dois momentos de planos: a paisagem como síntese intuitiva, em que pela observação intui-se o que ela seja, e a paisagem como síntese ordenada, em que por força do conceito por fim se revela no todo do seu significado. O conceito, que impregna o processo cognitivo já descrição orientada na explicação, é a referência do salto.

Quer isto dizer que não se vai à paisagem apenas munido da percepção e do documento, mas destes impregnados das categorias da descrição (já em si fortemente teorizantes) e das categorias da explicação (em si claramente embutidas das primeiras), unidas pela lógica da teoria de Geografia de que necessariamente desde o começo se parte. É onde entra a incidência do par indução-dedução que interativa as idas e vindas do uso das escalas, a escala grande das singularidades e a escala pequena das generalidades, que formam as ordens de grandeza próprias do discurso do espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

- CLOZIER, René. **As etapas da geografia**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1950
- DOLLFUS, Olivier. **A análise geográfica**. São Paulo: Difel: Saber Atual, 1973.
- DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. São Paulo: Difel: Saber Atual, 1975
- FEBVRE, Lucien. **A Terra e a evolução humana**. Lisboa: Cosmo, 1954.
- GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1978
- GEORGE, Pierre. Problemas, doutrina e método. In: GEORGE, P. (org). **A geografia ativa**. 3. ed. São Paulo: Difel: Saber Atual, 1973.
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.